



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **A INTERFERÊNCIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA FORMAÇÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR**

Autora: Suely Aragão Azevêdo Viana;  
Co-autor: Carlos Eduardo Santos Viana;  
Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

*Universidade Federal da Paraíba  
Email: suzinhaazevedo85@gmail.com*

### **RESUMO**

Atualmente existem diversos estudos a fim de melhor examinar o cenário da educação do país, mas em geral, ou têm como alvo a educação básica, ou têm como propósito analisar especificamente o ensino superior. Diante do exposto, ao observar a dificuldade do alunado durante sua vida acadêmica, quando os mesmos necessitam realizar pesquisas com teor científico e até mesmo durante o estudo de algumas disciplinas que requer conhecimento que deveriam ter sido adquiridos durante o Ensino Básico, surgiu então o interesse pela temática, justificando assim a referida pesquisa. Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Cursos de Graduação da Rede Privada. Será realizado a partir de pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quanti-qualitativa. Inicialmente faremos uma pesquisa bibliográfica, na sequência, realizaremos uma pesquisa documental, dando continuidade será realizada a pesquisa de campo para coleta de dados, que será desenvolvida no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, localizada na BR-230, Km 14, município de Cabedelo – PB. A interferência da qualidade da Educação Básica na formação científico-pedagógica no Ensino Superior é um assunto ainda pouco debatido e estudo, porém de grande relevância, uma vez que o desenvolvimento do aluno de graduação depende do seu grau de conhecimento adquirido nos anos iniciais de seus estudos. Para tanto, como esta pesquisa ainda encontra-se em fase de andamento, não é possível formularmos uma conclusão relacionado a coleta dos dados, pois ainda não alcançamos tal etapa.

**Palavras-chave:** Educação Básica, Ensino Superior, Qualidade do Ensino.

### **1 INTRODUÇÃO**

O progresso da educação básica durante a última década vem apresentando avanços significativos. O acesso à escola de base tem efetivamente progredido em todas as regiões do País, graças aos esforços dos Estados, que têm priorizado o desenvolvimento da educação em seus investimentos. No entanto, este acesso à escola, na maioria dos casos, não possui relação com a melhora na qualidade de ensino-aprendizagem, pois um grande número de crianças ainda sai da escola sem ter adquirido os conhecimentos e competências necessárias para sua integração social e profissional.

Pereira e Silva (2010) relatam que desde o primeiro mandato de presidência no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, estamos vivenciando um período de diversas reformas relacionadas ao ensino superior. No qual constatamos transformações no direcionamento das



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

políticas que promovem o acesso aos cursos de graduação no Brasil através de alguns programas como, ProUni – Universidade para Todos, Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a UAB – Universidade Aberta do Brasil, FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, e o Sistema de Cotas para grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, como os negros, índios, pessoas com deficiência e de classes econômicas desfavorecidas. Grupos esses, que por razões históricas, econômicas e culturais não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica e superior. Com isso, as políticas públicas e as ações governamentais de inclusão educacional representam a democratização do acesso ao sistema superior de ensino.

As instituições de ensino superior, segundo Pereira e Silva (2010) constituem uma base importante para o crescimento econômico, tendo em vista que são responsáveis pelo processo de formação dos cidadãos futuros, assim como pela preparação das capacidades técnicas de nível elevado que são cobradas devido à demanda existente na sociedade, ou seja, a educação universitária assume a responsabilidade de formar profissionais competentes para o mercado de trabalho, como também produzir conhecimento e socializá-lo.

Segundo Aveiro (2015), as pesquisas realizadas pelo Banco Mundial relativo às crises que atingem o sistema superior de ensino têm destacado algumas questões, entre elas o acesso de grupos sociais menos privilegiados tais como mulheres e estudantes de zonas rurais.

Tomando como base o diagnóstico de crise, a Lei 13.005/14 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, elege como meta de número 12 a elevação do quantitativo de pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, e para tanto cria como estratégia de número 12.9 a ampliação da “participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma de lei” (BRASIL, 2015, p. 14).

Ainda de acordo com o PNE, é possível observar que o mesmo apresenta em seu Art. 2 suas diretrizes, o qual diz que além da universalização do atendimento escolar também se faz necessário à melhoria da qualidade da educação, ou seja, não adianta apenas aumentar os dados quantitativos relacionados ao ensino, e sim o qualitativo.

Neste contexto, a análise das políticas governamentais aplicadas no ensino superior é de extrema importância, pois permitem afirmar que o crescimento do acesso à universidade impõe alguns desafios qualitativos e ainda, inclusão aos gestores e aos demais profissionais envolvidos na educação universitária.

Atualmente existem diversos estudos a fim de melhor examinar o cenário da educação do país, mas em geral, ou têm como alvo a





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

educação básica, ou têm como propósito analisar especificamente o ensino superior. Pouco se encontra na literatura acerca da relação entre o desempenho do aluno na educação básica com a escolha da profissão no ensino superior.

Diante do exposto, essa pesquisa tem como foco os fatores vivenciados na Educação Básica que interferem no ensino superior. A fragilidade do ensino na Educação Básica é um problema que ocorre há décadas, especialmente nas instituições públicas do nosso País, sendo este fato refletido no ensino superior, uma vez que alguns alunos chegam até esta etapa com um grande déficit de conhecimento nas disciplinas do núcleo comum como português e matemática, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Ao observar a dificuldade do alunado durante sua vida acadêmica, quando os mesmos necessitam realizar pesquisas com teor científico e até mesmo durante o estudo de algumas disciplinas que requer conhecimento que deveriam ter sido adquiridos durante o Ensino Básico, surgiu então o interesse pela temática, justificando assim a referida pesquisa.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo analisar quais os fatores presentes na Educação Básica que interferem na formação acadêmica dos discentes de Cursos de Graduação da Rede Privada.

A partir desta contextualização, se torna de grande relevância o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que permite investigar e analisar as interferências que a Educação Básica traz para o alunado de Cursos de Graduação de instituições privadas.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo será realizado a partir de pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quanti-qualitativa.

A pesquisa exploratória proporciona maiores informações sobre determinado assunto, facilitando a delimitação de um tema de trabalho, definindo objetivos ou formulando as hipóteses de uma pesquisa descobrindo um novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente, também é caracterizada pelo fato de abordar assuntos pouco debatidos. Já a pesquisa descritiva permite ao pesquisador descrever características da população ou fenômeno, como por exemplo, nos estudos etnográficos, no levantamento de opiniões, de atitudes, crenças, entre outros (ALVES, 2012).

Segundo Lakatos; Marconi (2012) a abordagem quantitativa é aquela que envolve uma progressão relativamente linear de tarefas, onde o pesquisador segue-as com fidelidade.

Enquanto que a pesquisa qualitativa é caracterizada



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características de uma situação. Para Alves (2012) a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Inicialmente iremos realizar uma pesquisa bibliográfica referente à temática em questão, na qual vários aspectos serão abordados, dando-se ênfase às Políticas Educacionais da Educação Básica e a Educação de Nível Superior. Como material para pesquisa será utilizado livros, artigos, revistas científicas e canais de pesquisa virtual.

Na sequência, realizaremos uma pesquisa documental, no qual será analisado a cartilha do aluno do Instituto de Educação do Ensino Superior – IESP, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Dando continuidade será realizada a pesquisa de campo para coleta de dados, porém vale ressaltar que esta etapa só será iniciada após a aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética, sendo o mesmo cadastrado na Plataforma Brasil e deverá estar em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, uma vez que envolve seres humanos.

O presente estudo será desenvolvido no Instituto de Educação Superior da Paraíba – IESP, uma vez que a referida instituição é privada e oferece mais de vinte cursos em nível de graduação, e recebe alunos beneficiados pelos Programas Sociais ofertados pelo Governo Federal. A mesma fica localizada na BR-230, Km 14, município de Cabedelo – PB.

Como população para a pesquisa teremos todos os alunos matriculados na referida instituição, no entanto a amostra será composta por 10% dos alunos que aceitarem participar do estudo e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa não trará nenhum risco previsível, nem constrangimento ao pesquisado, uma vez que só participarão os discentes que aceitarem fazer parte de forma voluntária.

Os benefícios deste estudo serão relacionados às Políticas Educacionais, os quais pretendemos apontar contribuições para a Educação Básica que conseqüentemente interferirão na qualidade do Ensino Superior. A coleta de dados realizar-se-á com o auxílio de um questionário elaborado contendo tanto questões sociais quanto relacionadas à temática em questão, sendo as mesmas objetivas e subjetivas.

Os dados quantitativos serão analisados mediante estatística descritiva com o uso do software Microsoft Excel 2010, sendo consolidados com a tabulação e cálculo de frequências simples para todas as variáveis e apresentação dos dados em gráficos e tabelas. Enquanto que os dados qualitativos serão analisados e agrupados por categorias, facilitando assim a compreensão do leitor.





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

Ao término da pesquisa, os resultados serão comunicados a instituição envolvida. A pesquisa não trará ônus financeiro para a entidade participante, e a coleta de dados como propõe o projeto, possibilita a obtenção de conhecimento científico relevante e novo, e não poderia ser conseguido de outra forma.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação no Brasil, mesmo apresentando avanços significativos relacionados à garantia de acesso e a qualidade do ensino ainda encontra-se bastante fragilizada (SILVA; ZENAIDE, 2008).

A educação é dividida em educação básica e educação superior. No qual a educação básica é composta pelo ensino infantil, fundamental e médio. E a educação superior são os cursos de graduação que permite ao indivíduo uma profissão. Os ensinamentos devem ser ministrados em escolas e instituições de ensino superior respectivamente (DIAS, 2015; AVEIRO, 2015).

A escola como instância formadora, constitui desafios, que a sociedade vai apresentando ao sujeito e, é na necessidade, na mediação e na vivência desses papéis que o indivíduo constrói sua identidade pessoal e social e adquire seus ideais de ética e de cidadania. É na escola também que são definidos: quem faz, o que faz, onde faz, porque faz e como faz nos contextos socioculturais (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015, p. 2-3).

A partir de tal reflexão, podemos afirmar que é na escola onde o aluno adquire conhecimentos científicos e desenvolve sua capacidade crítica sobre determinados assuntos, para tanto é de extrema relevância a participação do professor que atua na educação básica, uma vez que esta fase auxiliará o discente a escolher qual área e profissão seguirá durante o estudo no ensino superior.

Ao iniciarmos uma abordagem sobre a educação brasileira, ressaltamos que só em meados do século XX foi que o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu entre os anos de 1970 e 1980 (AVEIRO, 2015).

Apesar da Constituição Brasileira de 1934, declarar que a educação é direito de todos os cidadãos, e na Emenda Constitucional de 1969 esse direito ser assegurado mais uma vez, e incluindo nela também as instituições privadas, só em 1988 com a nova Constituição Brasileira, em seu Art. 225 foi que determinou-se que a



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

educação seria direito de todos e cabendo ao Estado e a família serem responsáveis, objetivando a cidadania e capacitação profissional de todos os indivíduos.

Dias (2015) relata que de acordo com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, a legislação é contraditória quando afirma que todos os cidadãos têm direito a educação de forma obrigatória e gratuita, pois o ensino fundamental é a única fase elegida como obrigatória.

Com a Emenda Constitucional nº 14 de 1996, em seu Inciso II, o ensino médio passou a ser também de obrigatoriedade do Estado e de forma gratuita, fato este que facilita o acesso a Educação Básica.

A LDB, em seu art. 22 (p. 09), diz que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Apesar da existência de uma política educacional que abrange diversos fatores e protege o direito do cidadão a educação, na prática o que observamos é a fragilidade no ensino básico, sendo este o principal fator negativo para a profissionalização do indivíduo (SILVA; ZENAIDE, 2008).

Rodrigues; Rodrigues (2015) afirmam que a má qualidade da educação, não é apenas um problema isolado, e sim abrange todos os setores, uma vez que o social e trabalhista também sofrem interferência, pois o indivíduo que não obteve conhecimentos científicos advindos do ensino básico, em sua grande maioria não consegue se sobressair na área trabalhista, uma vez que o mesmo possui dificuldade intelectual para se capacitar.

Machado (2007, p. 279) diz que a má qualidade da educação está interligada às políticas educacionais, pois “nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a Educação Básica e o Ensino Superior”.

Fator este que pode ser observado no nível de educação superior, uma vez que com a popularização das instituições de ensino privado a população menos desprovida de condições financeiras e sociais passaram a realizar cursos de graduação em tais locais. No entanto, Tavares (2003) diz que muitos destes discentes possuem dificuldades durante sua vida acadêmica em consequência ao déficit de conhecimento que deveria ter sido adquirido durante o ensino básico.

Machado (2007) diz que apesar de ser comprovado cientificamente através de várias pesquisas que o desempenho do aluno da educação básica influencia na qualidade deste aluno no ensino superior, um curso no qual recebe alunos com





**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

formação prévia deficiente pode realizar um excelente trabalho, porém, em sua grande maioria não terá seus ex-alunos entre os melhores profissionais.

Tavares (2003) ainda relata que pessoas de classe social média-alta estudam o ensino básico em rede privada com o intuito de preparar-se para a universidade pública, enquanto que estudantes de baixa classe cursam o ensino básico em rede pública e quando conseguem ingressar no ensino superior privado com o auxílio de benefícios sociais.

Assim, é de grande importância não só ampliar o acesso dos indivíduos ao ensino superior; é essencial que a expansão do sistema educacional verificadas nos anos recentes sejam acompanhadas por políticas que permitam melhorias na qualidade do ensino, para que possamos formar profissionais mais qualificados e capacitados para o mercado de trabalho, visto que este é o principal objetivo do ensino superior.

#### **4 CONCLUSÃO**

A interferência da qualidade da Educação Básica na formação científico-pedagógica no Ensino Superior é um assunto ainda pouco debatido e estudado, porém de grande relevância, uma vez que o desenvolvimento do aluno de graduação depende do seu grau de conhecimento adquirido nos anos iniciais de seus estudos.

Para tanto, como esta pesquisa ainda encontra-se em fase de andamento, não é possível formularmos uma conclusão relacionada a coleta dos dados, pois ainda não alcançamos tal etapa.

#### **REFERÊNCIAS**

ALVES, Maria da Piedade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Escolar Editora, 2012.

AVEIRO, Jorge Fernando Hermida. **A Reforma Educacional no Brasil (1988-2001): processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos**. 04 mar. 2002. 428f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 04 mar. 2002. Disponível em:< file:///C:/Users/suely/Downloads/AveiroJorgeFernandoHermida.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 2012. Disponível em:<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.



**III CONEDU**

CONGRESSO NACIONAL DE  
**E D U C A Ç Ã O**

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 14, de Setembro de 1996**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.005 de junho de 2014**. Aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: SILVEIRA, R. M. G. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Nilson José. Qualidade de educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudos Avançados**. vol. 21, n. 61. São Pulo, Set/Dez. 2007.

PEREIRA, Thiago Igrassia; Silva, Luís Fernando Santos Correa da. **As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?** **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 4, n.2, 2010.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; RODRIGUES, Silvestre Coelho. **Formando docentes numa perspectiva ética e cidadã**. Disponível em:

<[http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2006%20-%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES/54\\_formando%20docentes.pdf](http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2006%20-%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES/54_formando%20docentes.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SILVA, Margarida Sônia Marinho do Monte; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora

UFPB, 2008. Módulo II, p. 101-109.

TAVARES, José. **Formação e Inovação no Ensino Superior**. Portugal: Porto Editora LDA, 2003.